

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES
LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS

FRANCISCA NIRES FERREIRA DE OLIVEIRA

LETRAMENTO BILÍNGUE PARA EDUCANDOS SURDOS: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DE ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO

RIO BRANCO
2019

FRANCISCA NIRES FERREIRA DE OLIVEIRA

LETRAMENTO BILÍNGUE PARA EDUCANDOS SURDOS: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DE ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Acre, como requisito
parcial para obtenção do título de licenciada em
Letras-Libras.

Orientadora Professora Me. Claudia de Souza
Martins Lima

RIO BRANCO

2019

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

O482l Oliveira, Francisca Nires Ferreira de, 1969-

Letramento bilíngue para educandos surdos: práticas pedagógicas de ensino de libras e do português escrito/ Francisca Nires Ferreira de Oliveira; orientadora: Me. Claudia de Souza Martins Lima. - 2019.

57 f.: il. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Acre, Centro de Educação, Letras e Artes, Curso de Licenciatura em Letras: Libras, Rio Branco, 2019.

Inclui referências bibliográficas e apêndices.

1. Prática pedagógica. 2. Português escrito. 3. Letramento bilíngue. I. Lima, Claudia de Souza Martins (orientadora). II. Título.

CDD: 419

FRANCISCA NIRES FERREIRA DE OLIVEIRA

LETRAMENTO BILÍNGUE PARA EDUCANDOS SURDOS: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DE ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parcial para obtenção do título de licenciada em Letras Libras pela Universidade Federal do Acre – UFAC.

Aprovada em ____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Me. Claudia de Souza Martins Lima
Orientadora – Ufac

Profa. Dra. Ademácia Lopes de Oliveira Costa
Examinadora – Ufac

Profa. Dra. Rosane Garcia Silva
Examinadora – Ufac

Profa. Me. Karlene Ferreira de Souza
Examinadora - Ufac

Rio Branco
2019

DEDICATÓRIA

A Deus por ser minha força e fortaleza diante das dificuldades que se apresentaram no decorrer dos estudos.

Ao meu esposo Andrey Bezerra pela sua compreensão.

Aos meus filhos por compreenderem minha ausência em longo período de estudo com as colegas de curso.

Às colegas Ercília Barros, Mirela Andrade e Luciana Araújo por fazerem parte de toda essa conquista que teve grande significado em nossas vidas.

A minha orientadora prof.^a. Me. Claudia Lima que dedicou a esta pesquisa parte de seu tempo e conhecimentos para engrandecimento da temática.

Aos professores do curso de Letras Libras que não mediram esforços para esclarecer as dúvidas relativas ao tema e por me auxiliarem significativamente na conclusão do curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela proteção que concede todos os dias à minha família e amigos!

Ao meu esposo Andrey Bezerra, que esteve sempre presente apoiando em todos os momentos, tanto no contexto acadêmico e profissional quanto familiar.

Aos professores do curso de Letras Libras, pelo compartilhamento de seus conhecimentos, orientações e carinho concedido a minha pessoa, tenho uma imensa gratidão, pois no decorrer da graduação busquei aproveitar ao máximo seus ensinamentos, absorvendo os pontos positivos e transformando em aprendizado os negativos.

Aos meus colegas de curso, tanto da minha turma quanto ao grupo que me acolheu e compartilharam conhecimentos e experiências, em especial a Fácia Alves, uma pessoa muito prestativa e solidária, disposta a ajudar em qualquer momento, as minhas amigas “libretes”: Luciana Araújo, Mirella Andrade e Ercília Barros, por compartilharem seus conhecimentos, carinho, atenção e concederam-me o que é de mais precioso nessa vida e que riqueza nenhuma consegue comprar: a amizade, pois isso não se compra, é conquistada ou concedida.

Francisca Nires Ferreira de Oliveira

O QUE É LETRAMENTO?

Letramento não é um gancho em que se
pendura cada som enunciado, não é treinamento
repetitivo de uma habilidade, nem um martelo
quebrando blocos de gramática.

Letramento é diversão é leitura
à luz de vela ou lá fora, à luz do sol.

São notícias sobre o presidente, o tempo,
os artistas da TV e mesmo Mônica e Cebolinha
nos jornais de domingo.

É uma receita de biscoito, uma lista de compras, recados colocado na geladeira, um
bilhete de amor, telegrama de parabéns e cartas de velhos amigos.

É viajar para países desconhecidos,
sem deixar sua cama, é rir e chorar
com personagens, heróis e grandes amigos.

É um atlas do mundo, sinais de trânsito, caça ao tesouro, manuais, instruções,
guias, e orientações em bulas de remédios, para que você não fique perdido.

Letramento é sobretudo, um mapa do coração
do homem, um mapa de que você é
e de tudo que você pode ser.

Kale M. Chonh (Poema Letramento)

RESUMO

Essa pesquisa, tem por objetivo analisar o letramento bilíngue de educandos surdos, por meio das práticas pedagógicas no ensino de Libras e do Português escrito. Como lócus da pesquisa desenvolveu-se uma escola de Ensino Fundamental II na rede pública de ensino. Além disso, investigamos como são desenvolvidas essas práticas pedagógicas, verificando as estratégias de ensino para educandos surdos por meio da identificação das metodologias utilizadas no Atendimento Educacional Especializado com educandos surdos. A metodologia desse estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, quanto aos objetivos descritivo e explicativo, quanto aos procedimentos bibliográficos e pesquisa de campo. Como instrumento para coleta de dados ocorreu por meio de um questionário perguntas abertas e fechadas em uma entrevista semiestruturada. Por meio da pesquisa bibliográfica, identificamos a partir das publicações de autores diversos, as inúmeras contribuições destes para o conhecimento do processo de letramento do surdo e de como realizar o ensino de Libras e do Português escrito. Constatamos que o profissional da educação especial busca constantemente apropriar-se de conhecimentos que o auxiliem na realização dos atendimentos aos alunos surdos. Os resultados identificados registram que os problemas enfrentados pelos surdos desde a primeira infância, são fatores predominantes no fracasso escolar, que desestimulam o aluno em relação ao aprendizado, causando crises existenciais e linguísticas que prejudicam o processo de letramento do surdo nos anos finais da educação básica, tornando-se principais geradores de exclusão no contexto educacional e social.

Palavras-chave: Prática Pedagógica. Português Escrito. Letramento Bilíngue. Libras.

ABSTRACT

This research aims to analyze the bilingual literacy of deaf students through the pedagogical practices in the teaching of Libras and written Portuguese. As the locus of the research we searched for a Elementary School II in the public school system. In addition, we investigated how these pedagogical practices are developed, verifying the teaching strategies for deaf learners by identifying the methodologies used in Specialized Educational Care with deaf learners. The methodology of this study is based on a qualitative approach, applied in nature, as the descriptive and explanatory objectives, as the bibliographic procedures and field research. As a tool for data collection, we used open and closed questions in a semi-structured interview. Through bibliographic research, we identified from the publications of several authors, their numerous contributions to the knowledge of the deaf literacy process and how to perform the teaching of Libras and written Portuguese. We find that the special education professional constantly seeks to appropriate knowledge that will help him or her to provide care to deaf students. The identified results show that the problems faced by deaf children since early childhood are predominant factors in school failure that discourage students from learning, causing existential and linguistic crises that hinder the deaf literacy process in the final years of basic education. , becoming the main generators of exclusion in the educational and social context.

Keywords: Pedagogical Practice. Portuguese Written. Bilingual Literacy. Pounds.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Oito atribuições para atuação do professor do AEE.....	29
-----------------	--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Material adaptado em Libras.....	24
Figura 2	Escrita do Português.....	24
Figura 3	Dactilologia.....	25
Figura 4	Alfabeto Manual em Libras.....	25
Figura 5	Classificadores.....	26
Figura 6	Literaturas Surdas.....	27

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
L1	Língua Materna
L2	Língua Portuguesa
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PSLS	Português como Segunda Língua para Surdos
UFAC	Universidade Federal do Acre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 LETRAMENTO BILÍNGUE PARA SURDOS	14
2.1 CONCEITUALIZANDO LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO.....	14
2.1.2 Letramentos no contexto da surdez: o uso da metodologia bilíngue para alfabetização de surdos	18
3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO	21
3.1 A ATUAÇÃO DOCENTE NO ENSINO DO PORTUGUÊS ESCRITO PARA SURDOS.....	21
3.1.2 As Políticas Públicas que fomentam a Educação de surdos no Brasil a partir do pressuposto de duas línguas	30
4 METODOLOGIA	36
5 ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DO ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO	39
5.1 PERFIL PROFISSIONAL DO PARTICIPANTE DA PESQUISA.....	39
5.2 METODOLOGIAS UTILIZADAS NO ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO PARA EDUCANDO SURDOS, POTENCIALIZANDO A AQUISIÇÃO DO LETRAMENTO BILÍNGUE.	41
5.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO.	42
5.4 ESTRATÉGIAS DE ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO PARA EDUCANDO SURDOS.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE (A) – PERFIL DO PARTICIPANTE	49
APÊNDICE (B) – ROTEIRO DA ENTREVISTA	51

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar vem diariamente passando por um processo de mudanças diante das necessidades encontradas nas escolas, processo esse que, agrega o uso de diversas políticas públicas que auxiliam no desenvolvimento de uma educação inclusiva. Essas políticas são evidenciadas por meio de Decretos, Instruções Normativas, Leis e Resoluções, que tem por objetivo direcionar e estruturar o ensino dos alunos com deficiência nas instituições educacionais, sendo um fator de extrema relevância quando se trata da inclusão de educandos surdos em classes de ensino regular.

O professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) encontra diariamente desafios para desenvolver estratégias metodológicas voltadas ao ensino e aprendizagem do aluno surdo na Sala de Recurso Multifuncional. De fato, existe uma busca de respostas que o ajude a ampliar o sentido de suas reflexões acerca das práticas pedagógicas de alfabetização e letramento desse aluno.

Para Quadros (2019), a importância das articulações entre professores regentes, professores do AEE e a família dinamizam a criação de estratégias que viabilizam o processo de alfabetização e letramento do surdo, a partir da comunicação fluente entre docentes e discentes dentro das instituições de ensino, visto que, a ausência da Libras apresenta quebra na comunicação.

Ainda de acordo com a autora, a ausência da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na escola, cria uma barreira na transmissão de informação, causando atrasos e prejuízos no desenvolvimento escolar dos educandos surdos. É o conhecimento da língua que possibilita as trocas de informações que fortalecem a construção da identidade social do aluno e é por intermédio das interações linguísticas entre surdos e ouvintes que surgem a possibilidade de se estabelecer relações na construção de novos aprendizados por meio das estruturas gramaticais.

A compreensão de como se deve ocorrer o letramento bilíngue da educação de surdos é que nos levou a refletir e se justificou o presente estudo. Nessa perspectiva, definimos como objetivo principal da pesquisa: Analisar o letramento bilíngue de educandos surdos, por meio das práticas pedagógicas no ensino de Libras e do Português escrito.

Para realização da pesquisa de campo, buscamos uma escola de Ensino Fundamental II da rede pública de ensino com o objetivo de analisar a articulação dos conhecimentos que visam a identificação de metodologias utilizadas no ensino de Libras e Português escrito para educando surdos, potencializando a aquisição do Letramento Bilíngue e por fim como são desenvolvidas as práticas pedagógicas de ensino dessas duas línguas a partir da verificação das estratégias de ensino para educandos surdos. Além disso, foi identificar as metodologias utilizadas no Atendimento Educacional Especializado com educandos surdos. Nesse sentido, a metodologia utilizada neste trabalho contempla a abordagem qualitativa, de natureza aplicada, quanto ao objetivo explicativo e descritivo, quanto aos procedimentos bibliográficos e pesquisa de campo.

Para o enriquecimento do tema abordamos o que Oliveira (2002) apresenta como sendo a metodologia de referência bibliográfica, configura-se na fundamentação a partir das publicações de autores diversos, caracterizando assim importantes contribuições para o conhecimento do processo de letramento do surdo e de como realizar o ensino de Libras e do Português escrito, apresentando por conseguinte as contribuições legais, visto que, foi necessário realizar pesquisa *in loco* por meio de entrevista semiestruturada com um profissional da educação especial em uma escola do Ensino Fundamental II, no sentido de esclarecer como ocorre o ensino de Libras e do Português escrito para surdos no AEE.

O presente trabalho divide-se em seis capítulos conforme descrição a seguir.

No capítulo I, temos a Introdução no qual definimos o objeto da pesquisa e o objetivo do estudo no sentido de esclarecer as práticas pedagógicas voltadas ao letramento bilíngue do educando surdo.

No capítulo II, intitulado “Letramento Bilíngue para Surdos” abordamos o processo de ensino na aquisição do letramento, traçando uma linearidade a partir do conceito na visão de autores diversos e o desenvolvimento de ações voltadas para o ensino e aprendizagem do português escrito e seus métodos de ensino, como também a alfabetização da língua materna que é a Libras, abordando a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a língua de sinais como principal meio de comunicação dos surdos e como reafirmação o Decreto nº 5.626/ 2005, que ratifica o uso da língua de sinais no contexto social. O capítulo foi dividido em dois subtítulos nos quais buscamos abordar os conceitos de letramento e alfabetização.

No capítulo III, intitulado “Práticas pedagógicas do ensino de Libras e do Português escrito” discorre-se sobre o Atendimento Educacional Especializado e o seu papel de agente transformador no processo inclusivo no sistema educacional, com abordagem no Decreto nº 7.611/2011, retificado pela Resolução nº 04/2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado da educação básica, modalidade educação especial. O capítulo está dividido em dois subtítulos que com o objetivo identificar as estratégias metodológicas utilizadas no ensino de Libras e do Português escrito no contexto da surdez, trazendo também uma abordagem sobre as políticas públicas direcionadas à educação de surdos no sistema de ensino brasileiro

No capítulo IV, intitulado “Metodologia”, buscamos aprofundar a metodologia da pesquisa no sentido de apresentá-la em uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, quanto ao objetivo descritivo e explicativo, quanto aos procedimentos bibliográfica e pesquisa de campo. Utilizamos as bibliografias de livros, artigos e teses de autores que discorrem sobre o letramento bilíngue e o ensino de Libras e o Português escrito. Além disso fizemos uma profunda leitura nas leis, decretos e livros publicados por órgãos governamentais direcionados ao tema da pesquisa desenvolvida.

No capítulo V, intitulado “Análise das práticas pedagógicas, metodologia e estratégias do ensino de Libras e do Português Escrito” configura-se no sentido de apresentar o resultado da pesquisa, em que se analisa a entrevista realizada com o professor do AEE, esclarecendo questões relativas a metodologia utilizada para ensinar Libras e o Português escrito, objetivando o letramento bilíngue do educando surdo. O presente capítulo divide-se em quatro subtítulos. Iniciamos com a apresentação sobre o perfil dos profissionais participantes da pesquisa, posteriormente apresentamos as metodologias utilizadas no ensino de Libras e do Português escrito para os educandos surdos, como também abordamos as práticas pedagógicas e as estratégias de ensino dessas duas línguas.

O capítulo VI, é o último capítulo e teremos as “Considerações Finais” da pesquisa, seguidas das referências bibliográficas e dos apêndices que a integram.

Considera-se que a pesquisa se torna de grande relevância, pois apresenta a prática pedagógica utilizada na Sala de Recursos Multifuncionais visando o desenvolvimento bilíngue do aluno surdo, auxiliando os professores do AEE na busca de estratégias diferenciadas que visem minimizar as dificuldades do aluno

surdo na aquisição de conhecimentos e eliminação das barreiras linguísticas durante o processo de ensino e aprendizagem.

2 LETRAMENTO BILINGUE PARA SURDOS

Este capítulo tem como objetivo realizar uma abordagem dos conceitos e definições de letramento e alfabetização, apresentando as estruturas e estratégias metodológicas de ensino bilíngue do sujeito surdo.

2.1 CONCEITUALIZANDO LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

O sistema de alfabetização é resultante de um contexto histórico e social que envolve o ser humano mediante as necessidades encontradas no meio em que está inserido dentro de uma sociedade, apresentando-se o uso de uma estrutura linguística na qual se utiliza a fala ou uma língua específica como forma de comunicação, sendo chamada de língua materna, ou seja, aquela que é ensinada desde os primeiros contatos familiares.

A alfabetização, segundo Soares (2001), é a ação de ensinar apenas a ler e escrever, onde o sujeito não se apropria da leitura e da escrita de forma reflexiva em suas ações sociais, devido à leitura e a escrita serem vistas como fontes essenciais para a comunicação de grupos sociais, relacionando com os membros ouvintes o português torna-se a fonte para o desenvolvimento dessa aquisição, considerada por Carvalho (2008) de caráter específico voltados à ação de ensinar.

[...] alfabetização no sentido restrito de *aprendizagem inicial da leitura e escrita*, isto é, a ação de ensinar (ou o resultado de aprender) o código alfabético, ou seja, as relações entre letras e sons. [...] o caráter específico da alfabetização, que considera um processo limitado no tempo, no conteúdo e nos objetivos (CARVALHO, 2008, p. 65).

O ato de alfabetizar, segundo a autora, está relacionado a fazer a inicialização da escrita e da leitura, porém não atribuindo o uso, nas práticas, no contexto social, somente para atribuir uma relação da língua falada e da língua escrita para que estabeleça uma relação de comunicação.

Para que a alfabetização aconteça com os discentes surdos, conforme afirmação de Quadros (2019), é necessário que eles tenham a aquisição da sua língua materna que é a Libras. Apresentando um signo linguístico distinto entre a Libras e a Língua Portuguesa, pois para o ouvinte o processo é realizado através do som e das letras, na aquisição da Língua de Sinais usa-se imagens e sinais

para que aconteça a aprendizagem inicial, ao qual não ocorre o ato da escrita, pois cabe destacar mediante ao contexto histórico da comunidade surda muito já foi vivenciada pelos procedimentos e tentativas frustradas de alfabetizar os surdos com os mesmos procedimentos que os ouvintes.

A metodologia bilíngue utilizada na Sala de Recursos Multifuncional apresenta, segundo Fernandes (2012), tentativas de alfabetizar e letrar o surdo mediante o uso da Libras como primeira língua por ser sua língua materna e o Português escrito como segunda língua. Esse contato com a primeira língua deve ocorrer nos primeiros anos de vida por meio de sua família que irá estimular seu desenvolvimento cognitivo e sua percepção, proporcionando um conhecimento prévio de sua cultura e meio social auxiliando na aquisição da língua portuguesa na modalidade escrita.

Essa abordagem direcionada à alfabetização do surdo com o ensino da Libras como língua materna permite que por meio dela possa ser desenvolvido metodologias de ensino do português escrito como segunda língua, em um processo evolutivo para aquisição do letramento possibilitando a interpretação, compreensão e reflexão do uso da leitura e da escrita do Português no contexto social.

O uso da escrita em Português é enfatizada e apresenta relevância em seu contexto legal. Com o reconhecimento da Libras como língua de comunicação e expressão dos surdos apresenta também a necessidade da escrita em Português, conforme respalda a Lei nº 10.436/2002.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (BRASIL, 2002, p.1).

Ao reconhecer a Libras como meio de comunicação do surdo considera-se o direcionamento do sistema linguístico que deve ser utilizado no ensino dos surdos como primeira língua, destacando ainda, a necessidade do ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua.

Para Soares (2001), o letramento é o desenvolvimento cognitivo que o indivíduo se apropria por meio do aprendizado, estabelecendo ações reflexivas no contexto em que está inserido. O letramento surgiu no Brasil na segunda metade dos anos 80 e é uma tradução da palavra inglesa Literacy, que significa a condição de ser letrado. Soares (2001), define o significado de letramento apontando a diferença entre alfabetizar e letrar, ressaltando que o sujeito letrado se apropria das habilidades e competências cognitivas adquiridas por meio da leitura e da escrita.

Pereira (2009), revela que as considerações da autora são voltadas aos ouvintes, entretanto, as mesmas podem ser direcionadas aos surdos que são capazes de tornar-se letrados, pois suas habilidades e competências cognitivas são desenvolvidas por meio das habilidades linguísticas adquiridas na Libras e em suas experiências vivenciadas em seu cotidiano.

Diante desta nova terminologia utilizada para a definição de uma condição ou estado que a pessoa desenvolve por meio da leitura e da escrita de forma reflexiva, destaca-se que a apropriação da leitura e da escrita são atribuídas as metodologias direcionadas ao ensino e aprendizagem do surdo.

Nessa perspectiva, Pereira (2009) evidencia que o letramento é apropriação das habilidades de leitura e escrita, levando em conta o contexto em que está inserido.

Letramento é um estado ou condição que se adquire pela apropriação dos atos de ler e escrever como novas formas de expressão da identidade humana e da comunicação social, é uma prática social e um processo sócio histórico, pois ele cresce e evolui conforme a sociedade evolui. Não se pode alfabetizar alguém no sentido de informar-lhe a tecnologia de decodificação e codificação da língua escrita. É preciso alfabetizar letrando, é necessário oportunizar práticas sociais da língua escrita, e é preciso levar em conta os diversos contextos nos quais as práticas sociais da língua escrita se dão, considerando o meio onde vivem os sujeitos, criando assim as oportunidades de letramento (PEREIRA, 2009, p. 23).

O letramento possibilita um leque de relações linguísticas que influenciam as ações mentais para a aquisição do estado ou condição que o indivíduo desenvolve por meio da leitura e da escrita de forma reflexiva, possibilitando a

resolução de problemas no seu cotidiano, assim, às práticas do letramento ocorrem em diversas circunstâncias vivenciadas no contexto cultural e social, tais relações não são estáticas e sofrem intervenções diante do processo histórico.

Um dos pontos em destaque são as relações culturais dos surdos, pois eles são biculturais, convivem com dois eixos culturais diversificados tanto na língua quanto no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem.

Quadros (2008) revela que o sujeito surdo é bicultural, atribui-se diversificadas formas de aquisição da L2.

Há basicamente três formas de aquisição de L2:

- a) aquisição simultânea de L1 e da L2 (Ocorre com crianças filhas de pais que usam línguas diferente ou usam uma língua diferente da língua usada na comunidade onde vivem);
- b) a aquisição espontânea da L2 não simultânea (ocorre com pessoas que passam a morar em um outro país onde é usada outra língua) e a
- c) a aprendizagem da L2 de forma sistemática ocorre em situações de escolas de línguas estrangeiras, em que a diferença básica entre a aquisição da primeira língua e a aquisição da segunda língua relaciona-se com a forma como o indivíduo é exposto às línguas (QUADROS, 2008, p. 83).

A aquisição da segunda língua de forma sistemática, ocorre na sala de recursos multifuncional possibilitando a alfabetização e o letramento dos surdos, pois ambos os ensinamentos tem o mesmo direcionamento com o objetivo de tornar o surdo um sujeito com ações reflexivas no contexto social. Conforme afirma Pereira (2009), o aprendizado do aluno surdo será baseado nas habilidades linguísticas adquiridas por meio da Libras e de suas experiências vivenciadas no seu cotidiano.

Nessa concepção, o letramento do sujeito surdo está vinculado aos recursos e métodos utilizados pelo professor na alfabetização e letramento e compete ao professor proporcionar condições de ensino desvinculando-o dos métodos oralistas propostos pelo sistema de ensino como processo de alfabetização, predominantemente composto por grafia, formada de letras, sílabas e valor sonoro que estruturam as palavras codificadas pela escrita, tornando-se uma metodologia de ensino excludente aos surdos, visto que, não possuem a audição e não compreendem a composição dessa escrita com estrutura fonética sem significados para eles. Fernandes (2006) destaca a importância de se repensar as metodologias de ensino do surdo, priorizando a Libras como língua

materna, para que por meio dela possa ensinar o português escrito e desenvolver a aquisição do letramento bilíngue.

2.1.2 Letramentos no contexto da surdez: o uso da metodologia bilíngue para alfabetização de surdos

O letramento do sujeito surdo está embasado nas ações significativas dos sistemas de ensino e nas propostas pedagógicas desenvolvidas nas escolas de ensino regular, com destaque ao trabalho do professor do AEE desenvolvido nas salas de recursos multifuncionais, com o ensino de Libras como primeira língua - (L1), para que por meio dela possa desenvolver o ensino do Português escrito como segunda língua - (L2).

A função desempenhada pelo professor do AEE é uma ação conjunta com a família, pois, as primeiras vivências linguísticas ocorrem no meio familiar, tanto na Libras como no Português escrito, esse contato pode trazer ao surdo sua identidade linguística ou causar barreiras na comunicação, pois, segundo Pereira (2009), as ações linguísticas vivenciadas no ambiente familiar são extremamente importantes na alfabetização das crianças surdas. Destaca também o papel do professor no processo de valorização e sistematização do conhecimento prévio adquirido no contexto familiar e social, direcionando os procedimentos metodológicos que visem desenvolver o amadurecimento linguístico possibilitando o letramento bilíngue dos educandos surdos.

Diante do processo de sistematização, Deus (2011) afirma que para compreender o processo de letramento das pessoas surdas, devem-se analisar as práticas pedagógicas utilizadas pelos profissionais da educação especial no atendimento educacional especializado em seus três momentos didático-pedagógico:

- AEE para o ensino de libras (o professor, de preferência surdo, ensina aos alunos os sinais de Libras);
- AEE para o ensino em libras (o professor do AEE trabalha com o aluno surdo no contra turno, os conteúdos da sala de aula, em libras);
- AEE para o português escrito (onde se trabalha com o aluno surdo os conteúdos e regras gramaticais da Língua Portuguesa).

As utilizações adequadas dessas etapas asseguram aos educandos surdos as formações linguísticas, intermediadas pelas ações pedagógicas que fortalecerão o ensino de Libras e do Português escrito no contexto curricular, facilitando o processo de aprendizagem e o desenvolvimento das práticas educacionais que possibilitam o letramento bilíngue do sujeito surdo.

O processo de aprendizagem de uma criança surda se diferencia das crianças ouvintes em vários aspectos, porém a ausência dos estímulos linguísticos influencia na aprendizagem e na realização das tarefas em seu cotidiano, os estímulos diários são responsáveis pelo amadurecimento linguístico e o desenvolvimento da comunicação.

Para que haja uma evolução significativa na aprendizagem, Deus (2011) destaca que os estímulos adequados são fundamentais no processo de aprendizagem, para isso, o professor deve conhecer a realidade do aluno surdo em seu contexto familiar e social, sendo necessário ter domínio da Libras para manter uma comunicação, facilitando o processo de aquisição da leitura e escrita da língua portuguesa, o professor deve fazer uso das adequações curriculares, adaptações e recursos que possibilitem a aprendizagem dos surdos, como também, incentivar os alunos a manterem o interesse e o desejo pelo saber, aguçando a curiosidade da pesquisa, o gosto pela leitura e a satisfação nas interações sociais.

Os conteúdos aplicados em sala de aula têm sua importância no caminho percorrido para a formação do currículo educacional do estudante, essa aquisição acontece inicialmente na classe regular, porém o procedimento minucioso de trabalhar as composições de cada parte integrante do conteúdo é atribuído à sala de recursos multifuncionais. Deus (2011) afirma que no AEE são realizados o ensino de Libras e o ensino do Português escrito para educandos surdos, com o uso de diversos gêneros textuais na busca do desenvolvimento da leitura e da escrita pelos surdos, possibilitando uma evolução nos níveis de letramento em todas as etapas de ensino.

Quadros e Schmiedt (2006), salientam a importância do ensino de Libras e do Português escrito para o desenvolvimento do letramento das crianças surdas:

O letramento nas crianças surdas enquanto processo faz sentido se ensinado por meio da língua de sinais brasileira, a língua usada na escola para aquisição das línguas, para aprender por meio dessa língua e para aprender sobre as línguas. A língua portuguesa, portanto, será a segunda língua da criança surda sendo significada pela criança na sua forma

escrita com as suas funções sociais representadas no contexto brasileiro. Nessa perspectiva, caracteriza-se aqui o contexto bilíngue da criança surda (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 17).

O letramento é adquirido por meio do uso da Libras no processo de aquisição do Português escrito, em suas representações no contexto social. Quadros (2005) revela que as crianças surdas devem ser alfabetizadas com o uso da Libras por meio de vários recursos e formas criativas de exploração da língua materna.

O fato de passar a ter contato com a língua portuguesa trazendo conceitos adquiridos na sua própria língua possibilitará um processo muito mais significativo. A leitura e a escrita podem passar a ter outro significado social se as crianças surdas se apropriarem da leitura e da escrita de sinais, isso potencializará a aquisição da leitura e da escrita do português (QUADROS, 2005, p. 33).

A importância do aprendizado contínuo de ambas as línguas dará subsídios para o desenvolvimento do aprendizado do sujeito surdo, possibilitando a alfabetização e o letramento, procedimento esse que para alguns teóricos e pesquisadores é de fundamental relevância, pois suas ações, segundo Quadros (2006), se refletem no processo de desenvolvimento educacional, social e cultural.

O ensino do português pressupõe a aquisição da língua de sinais brasileira – “a” língua da criança surda. A língua de sinais também apresenta um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do português. A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimentos da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados (QUADROS, 2006, p. 24).

A autora considera imprescindível que a criança surda adquira primeiro a língua materna (LIBRAS) para depois aprender o português na modalidade escrita, tornando assim, a Libras um meio de comunicação primordial no processo de ensino-aprendizagem do português escrito, onde ambas estarão estruturadas em suas práticas e conceitos sociais que norteiam e direcionam o desenvolvimento da educação bilíngue do sujeito surdo.

Botelho (2005) destaca que o processo educacional do sujeito surdo deve ser pautado na eliminação de barreiras que dificultam o desenvolvimento da aprendizagem, criando condições para que o surdo seja alfabetizado priorizando suas habilidades e competências, e para tanto, é necessário que o professor

mantenha uma comunicação fluente com os surdos criando estratégias de ensino capazes de desenvolver as competências linguísticas por meio da leitura e da escrita, possibilitando assim, o letramento bilíngue.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO

Este capítulo tem como objetivo identificar as estratégias metodológicas utilizadas no ensino de Libras e do Português escrito no contexto da surdez, trazendo também uma abordagem sobre as políticas públicas direcionadas à educação de surdos no sistema de ensino brasileiro, promovendo e direcionando o ensino de Libras e do Português escrito para os educandos surdos.

3.1 A ATUAÇÃO DOCENTE NO ENSINO DO PORTUGUÊS ESCRITO PARA SURDOS

A prática pedagógica é a atuação docente desenvolvida de forma intencional, planejada e organizada para atender determinadas expectativas de uma comunidade ou contexto social, sua ação pedagógica é realizada para atender as necessidades de seus educandos.

Nesse contexto, o fazer docente é direcionado pelas práticas pedagógicas e a adequação dos materiais e recursos didáticos indispensáveis no processo de ensino e aprendizagem do sujeito surdo. Conforme afirma Quadros (2006), a educação de surdos só ocorrerá de forma significativa, se estiver pautada na flexibilização do currículo mediante a identificação dos elementos que interferem no processo de ensino e aprendizagem, levando em conta a singularidade e a complexidade, adequando sua metodologia de ensino que possa desenvolver as potencialidades do sujeito surdo.

Nessa mesma perspectiva, Fernandes (2006) destaca que leitura demanda compreensão global do texto e conhecimento linguístico.

- Leitura e escrita são processos complementares e interdependentes que mobilizarão os conhecimentos sobre a língua portuguesa pelos surdos: o português para os surdos é aquilo que eles veem/leem;
- Leitura e escrita estarão atados a todas as práticas sociais em que se encontram envolvidos os estudantes surdos, além das práticas escolares;
- As demandas sociais de leitura e escrita dos estudantes surdos determinarão o ponto de partida das práticas escolares de letramento;
- Os textos que circulam socialmente constituirão as pontes entre conhecimento social e conhecimento escolar e conhecimento linguístico;
- A leitura demandará compreensão do significado global do texto, situando-o em determinada realidade social, filiando-o a determinado gênero discursivo e atribuindo relações e efeitos de sentido entre as unidades que o compõem;

- A mediação do professor, na proposição de estratégias de leitura para reconhecimento de unidades de sentido da língua (aspectos discursivos, sintáticos, semânticos e lexicais...), aspectos paratextuais (elementos da composição que situam o gênero e suporte do texto) e elementos intertextuais (mobilização de conhecimento prévio) é imprescindível à sistematização da língua em sua totalidade (FERNANDES, 2006, p.15).

A autora destaca os princípios norteadores do ensino do Português escrito para educandos surdos, tornando-se parte estruturante da leitura e da escrita em diversos contextos nos quais a intervenção do professor torna-se fundamental para o ensino do Português na modalidade escrita.

A aquisição do Português escrito pelos surdos está fundamentada nas diversas situações vivenciadas nas instituições de ensino, estruturada e sistematizada pela atuação do professor por meio de estratégias metodológicas de ensino e aprendizagem, explorando as potencialidades dos alunos surdos com a utilização de recursos escritos e visuais tornando-se, segundo Pires e Campos (2012), procedimentos indispensáveis ao ensino do português escrito, possibilitando o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita oportunizando a compreensão da multiplicidade de uso das funções linguísticas na utilização dos diversos gêneros textuais que possibilita a compreensão das práticas sociais.

Para o uso no processo de aquisição do Português escrito o professor necessita de formação que estruture sua prática pedagógica para ensinar o discente, não apenas ter fluência na língua utilizada pelo aluno, mas traçar estratégias metodológicas para quando se deparar com uma classe composta por alunos surdos, possa utilizar estratégias de ensino adequadas ao modelo que possibilite o aprendizado do surdo, utilizando, conforme afirma Lacerda *et al* (2013), materiais adaptados e recursos que estimule o nível de desenvolvimento não somente dos surdos, mas a classe como um todo.

[...] não basta apenas dominar a língua se não existir uma metodologia adequada para apoiar o que se está explanando, o que incide na necessidade de formação de futuros professores que saibam elaborar boas aulas – visualmente claras e que facilitem a atuação do intérprete e a compreensão do aluno surdo. Esse tipo de formação só tem a contribuir com o aprendizado dos alunos, sejam eles surdos ou ouvintes; uma boa apresentação de slides, por exemplo, é fundamental para alunos ouvintes, e para os alunos surdos esse recurso pode se tornar essencial (LACERDA *et al.* 2013, p. 191).

A inclusão dos recursos visuais no ensino de alunos surdos é uma estratégia que alavanca seu aprendizado, incluir nas aulas esses recursos é contemplar a socialização do conteúdo que o professor está ministrando, gerenciando autonomia para que o discente venha a refletir e apresentar conclusões frente à atividade proposta e ao método que foi utilizado.

Coll *et al* (2004), frisam que nas adaptações do currículo para o ensino dos alunos surdos devem levar em consideração quatros princípios fundamentais.

Para os alunos surdos, embora também para os ouvintes, é particularmente importante desenvolve o desejo de saber, o interesse pela busca de informação, o gosto pela leitura e a satisfação pela resolução de um determinado problema. A esse objetivo, deve-se adaptar a metodologia que se desenvolve na sala de aula. Quatro princípios devem ser levados em conta:

- a) favorecer a atividade própria dos alunos;
- b) organizar as atividades de aprendizagem em pequenos grupos;
- c) possibilitar que os alunos realizem tarefas diversas;
- d) utilizar métodos visuais de comunicação (COLL *et al*, 2004, p.189,190).

Os processos de ensino tanto dos ouvintes quanto dos surdos devem sempre levar em consideração, conforme Alves (2010), alguns princípios pedagógicos, ou seja, a utilização de recursos metodológicos e práticas pedagógicas, que atendam às necessidades de aprendizagem dos educandos.

Para construir um ambiente de aprendizagem favorável a esses e aos demais alunos, que potencialize a capacidade de pensar de cada um, de questionar e entrar em conflito com novas ideias, o professor da sala de aula comum deverá buscar recursos e materiais diversificados. Por meio de uma metodologia vivencial de aprendizagem, os alunos ampliam sua formação, indo ao encontro de respostas aos seus questionamentos, no processo investigativo (ALVES, 2010, p. 9-10).

O processo de ensino deve estar estruturado em materiais e recursos diversificados, as adaptações devem levar em consideração as especificidades de cada indivíduo, proporcionando recursos visuais e escritos visando o desenvolvimento escrita em língua portuguesa, conforme salienta Alves (2010), utilizando a datilologia (alfabeto manual), os parâmetros primários e secundários da língua de sinais, classificadores, sinais e gestos que estabeleçam a comunicação durante o desenvolvimento das atividades.

As figuras (1, 2, 3, 4, 5) apresentam estratégias metodológicas para o ensino de surdos.

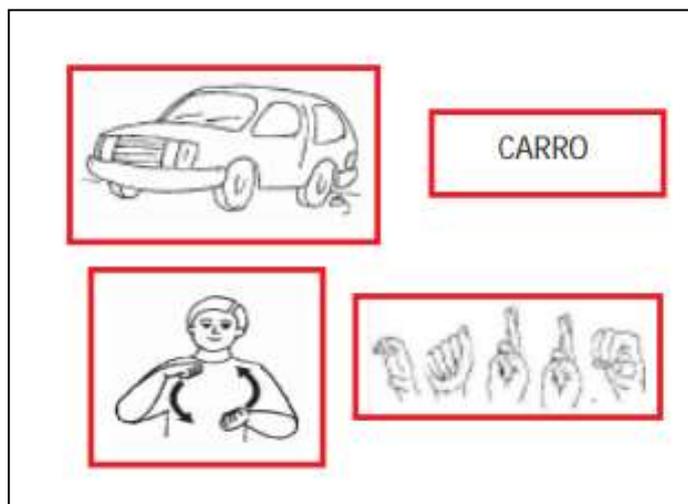
Figura 1: Material adaptado para o ensino do surdo



Fonte: <https://ensinolibras.wordpress.com/2017/06/16/metodologia-na-libras/>

Adaptação em EVA de recursos didáticos que possibilitam o ensino de Libras e do Português escrito com o uso de números, sinal com configuração de mão, quantidade e o número por extenso, facilitando o processo de aprendizagem do educando.

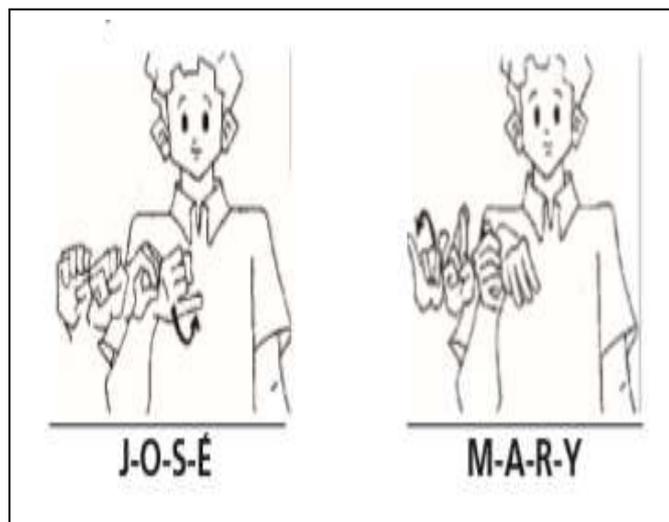
Figura 2: Escrita do Português



Fonte: Quadros (2006, p. 64)

Adaptação metodológica para o ensino de Libras e do Português escrito, com o uso de imagem, sinal, datilologia da palavra e a escrita do português, favorecendo assim o processo de ensino e aprendizagem.

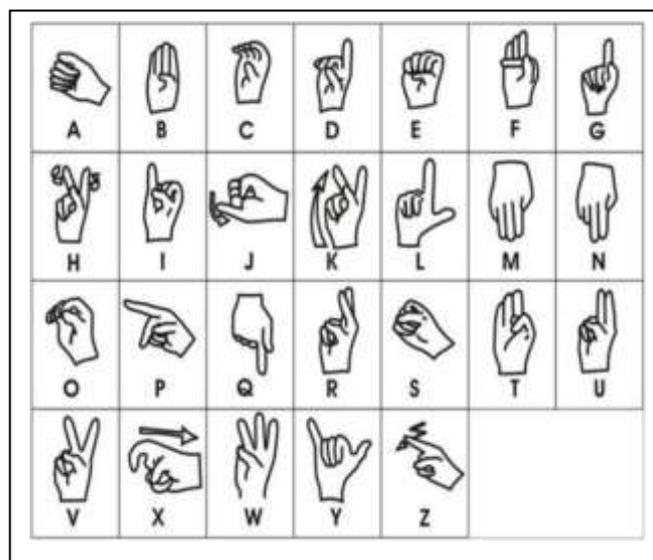
Figura 3: Datilologia



Fonte: Felipe (2007)

Recuso utilizado para o ensino do Português na modalidade escrita, com estratégias de ensino explorando a soletração da palavra por meio da datilologia e a palavra escrita no português.

Figura 4: Alfabeto Manual em Libras



Fonte: Felipe (2007)

Recuso utilizado para o ensino em Libras que possibilita o ensino do Português escrito, usando o alfabeto manual com a configuração de mão e a letra que representa a escrita do português.

Figura 5: Classificadores



Fonte: Felipe (2007)

Recurso metodológico utilizado no ensino em Libras, de Libras e do Português escrito com a exploração da configuração de mão representando a quantidade, sinal de pessoa, os classificadores representando a ação de andar e a palavra escrita no português.

Pereira (2009), defende que é preciso criar estratégias de alfabetização capazes de alfabetizar letrado, oportunizando o uso do Português escrito nas práticas sociais, estando sempre atento ao contexto em que ocorrem as referidas práticas, como também, o meio social da pessoa surda.

Fernandes (2003), afirma que a Língua Portuguesa para os surdos são referências imagéticas que se configuram em símbolos visuais.

A língua portuguesa para os surdos constitui um conjunto de signos visuais materializados na escrita, para os surdos, aprender a escrita significa aprender a língua portuguesa. Escrita e língua fundem-se em um único conhecimento vivenciado por meio da leitura. Considerando que os textos articulam linguagem verbal e não-verbal na constituição de sentidos, serão as referências imagéticas o ponto de partida para a incursão no universo polissêmico da escrita (FERNANDES, 2003, p. 13).

Para a autora, a articulação entre a linguagem verbal e não-verbal apresentadas nos textos tornam-se indispensáveis para o ensino do Português escrito, favorecendo o processo de aprendizagem, constituindo assim, os signos visuais que consolidam a estrutura da escrita.

Um dos mecanismos para auxiliar no desenvolvimento da leitura dos surdos é o uso da literatura no contexto da surdez, que está sendo uma construção da comunidade surda, bem recente, porém já agrega clássicos como: Tibi e Joca de Bisol (2001), A cigarra surda e as formigas de Oliveira Boldo, Patinho surdo de Rosa e Karnopp (2005), Rapunzel surda de Karnopp (2003) e Cinderela surda de Karnopp (2011).

Figura 6: Literaturas no contexto da surdez



Fonte: Karnopp (2008)

A literatura surda apresenta o gênero textual com narrativa através de textos baseados na cultura e identidade surda. Apesar dos títulos lembrarem clássicos da literatura infantil dos ouvintes, essa nova prática de produção de livros que contemplam a língua de sinais e seu público alvo agregando novas possibilidades para auxiliar o trabalho do docente, tanto da sala de ensino regular quanto na sala de recurso multifuncional que pode desenvolver a compreensão do discente nas duas línguas e vincular o poder reflexivo do sujeito surdo na compreensão dos contos, fábulas, lenda e outros.

Karnopp (2008) ressalta que o uso das experiências visuais vem a enaltecer a cultura surda, sendo de grande importância o uso da literatura e sua socialização, pois em sociedade convivem surdos e ouvintes essa estratégia possibilitará a troca de experiências culturais, onde uns conhecer e aprender sobre a cultura do outro.

Pires e Campos (2012) destacam a importância do uso dos gêneros textuais no ensino da língua portuguesa na modalidade escrita.

Acredita-se que as atividades educativas para possibilitar ao estudante surdo a apropriação e avanço da língua portuguesa na modalidade escrita deve utilizar o texto como ponto de partida, fazendo uso dos diversos gêneros textuais (escritos e visuais). Entende-se que essa prática garante aos alunos a compreensão de que os gêneros são responsáveis pelas mais variadas atividades sociocomunicativas realizadas no seu dia a dia (PIRES; CAMPOS, 2012, p. 6).

Essa apropriação inicia-se em sala de aula regular, porém sua ação intensificadora é realizada na sala de recursos multifuncionais com o atendimento educacional especializado, estabelecido na Constituição Federal, em seu art. 208 Brasil (1988) que as pessoas com deficiência devem ser atendidas preferencialmente na rede regular de ensino.

A ação de incluir o aluno na rede de ensino necessita de subsídios para que esse ato obtenha êxito no processo de ensino. A sala de recursos multifuncionais é o ambiente destinado para essa inclusão. No que diz respeito ao ato de ler e escrever para os discentes surdos, faz-se nesse ambiente com a atuação de um profissional devidamente capacitado para o AEE assegurando a flexibilidade das ações desenvolvida, por meio de métodos e técnicas como assegura a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394/96 em seu art. 59, inciso I, III e IV.

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, para atender às suas necessidades;
III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (BRASIL, 1996, p.19).

A atuação do docente do AEE é organizada e direcionada a cada aluno. Ele tem atribuições específicas de complementar e suplementar o progresso escolar motivando as habilidades dos estudantes e focalizando as especificidades dos alunos matriculados na sala de recursos. Para fortalecer a atuação do

profissional do AEE, a Resolução nº 4/09, em seu art. 13 apresenta oito atribuições importantes que direciona o trabalho do professor do AEE.

Quadro 1 – Oito atribuições para atuação do professor do AEE.

1ª Atribuição	Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;
2ª Atribuição	Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;
3ª Atribuição	Organização de estratégias pedagógicas, identificação e produção de recursos acessíveis;
4ª Atribuição	Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
5ª Atribuição	Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;
6ª Atribuição	Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
7ª Atribuição	Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
8ª Atribuição	Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

Fonte: BRASIL (2009).

Apropriado dessas atribuições, o professor necessita avaliar o grau de conhecimento do aluno tanto na L1 quanto na L2 para traçar um plano de atendimento. Segundo Guarinello (2007), é necessário adequar o cronograma de atendimento, as estratégias direcionadas aos surdos apresentando uma proposta bilíngue para o uso de ambas as línguas, sendo essa proposta a mais adequada para o ensino do surdo.

A proposta bilíngue surgiu baseada nas reivindicações dos próprios surdos pelo direito à sua língua e pelas pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais. Ela é considerada uma abordagem educacional que se propõe a tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. De fato, estudos tem apontado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como natural e se baseia no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. [...]. Na adoção do bilinguismo deve-se optar pela apresentação simultaneamente das duas línguas (língua de sinais e língua da comunidade majoritária) (GUARINELLO, 2007, p. 45-46).

Esse processo de ensino de longo prazo, necessita do acompanhamento do professor em todas as atividades realizadas na sala de recursos, a presença e acompanhamento da família é essencial para o desenvolvimento do aluno que, segundo Sánchez (1998), é primordial que a família e a escola vejam os surdos além de suas limitações ou seja a surdez.

Diante da afirmação do autor, compreende-se que as metodologias de ensino do sujeito surdo devem ser realizadas respeitando suas especificidades, desenvolvendo estratégias de ensino que valorize as habilidades visuais favorecendo o processo de aprendizagem e a aquisição da segunda língua. Conforme afirma Santos (2019), a sala de recursos multifuncionais deve ser organizada para que haja uma busca de resposta e curiosidade no processo de aquisição da escrita, assim, formando pequenas sentenças linguísticas, frases e futuros textos em L2.

A organização da sala de recurso para o uso do letramento e aprendizagem do português como destaca Damázio (2007) é muito importante.

Riqueza de materiais e recursos visuais (imagéticos) para possibilitar a abstração dos significados de elementos mórficos da Língua Portuguesa. Ampla acervo textual em Língua Portuguesa, capaz de oferecer ao aluno a pluralidade dos discursos, para que os mesmos possam ter oportunidade de interação com os mais variados tipos de situação de enunciação. Dinamismo e criatividade na elaboração de exercícios, os quais devem ser trabalhados em contextos de usos diferentes (DAMÁZIO, 2007, p. 38-39).

Trabalhar esse processo de ensino com o surdo é uma forma de trazer novas funções para o docente, pois ele precisa preparar as atividades, o espaço, as estruturas gramaticais direcionando ao conhecimento e o acompanhamento do desenvolvimento dos níveis morfológico, sintático e semântico-pragmático da Língua portuguesa, utilizando todos os recursos que possam favorecer o processo de aprendizagem.

As atividades adaptadas com a utilização de vídeos com legendas e/ou sinalizados, são estratégias de ensino que utiliza a Libras e do Português escrito que favorecem o processo de aprendizagem bilíngue do educando surdo.

3.1.2 As Políticas Públicas que fomentam a Educação de surdos no Brasil a partir do pressuposto de duas línguas

A educação de surdos é marcada por diversos momentos de grande importância, porém um momento de grande respaldo foi a conquista do reconhecimento do uso da língua da comunidade surda, através da aprovação da Lei que reconhece o direito à comunicação em sua língua materna.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em seus artigos 1º e 2º dispõem que:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (BRASIL, 2002, p. 01).

A referida Lei, em seus artigos e parágrafos, reconhecem a estrutura linguística e gramatical da língua brasileira de sinais, com o entendimento de que ela é o meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, determinando a garantia do atendimento aos serviços públicos às pessoas surdas e afirmando que a Libras não substituirá a língua portuguesa na modalidade escrita na educação dos surdos, assim apresentando conformidade na importância do trabalho desenvolvido na sala de recurso multifuncional para a aquisição da escrita.

A Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, em seus artigos 2º, 3º e 4º e inciso I, institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial (BRASIL, 2009, p. 1).

Esta Resolução estabelece diretrizes operacionais para o desenvolvimento do AEE, direcionando o trabalho do professor no desenvolvimento das estratégias de ensino e adequação dos recursos didáticos viabilizando o processo de ensino e aprendizagem.

A educação especial realiza o ensino voltado as necessidades dos alunos desenvolvendo estratégias que facilite a aprendizagem. Assim, o Decreto nº 7.611/11, em seu art. 2º e § 2º, dispõe sobre a garantia dos serviços do AEE que possibilita a eliminação de barreira impostas pelas especificidades de seu público alvo.

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização do estudante com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011, p.1).

O decreto descreve os objetivos do AEE na sala de recursos multifuncional, direcionando as ações e estratégias metodológicas que favoreça a aprendizagem de cada estudante que frequenta o atendimento, garantindo do desenvolvimento educacional e a transversalidade das ações educativas.

O ensino especial com ênfase na educação de surdo, vem sendo enfatizado nas esferas Federal, Estadual e Municipal, reconhecendo e apoiando a educação de surdos, incluindo nas formações dos professores o ensino da Libras nos cursos oferecidos pelo município de Rio Branco, como apresenta a Lei nº 1.954, de 30 de janeiro de 2012, em seu artigo 1º e 4º que reconhece a Libras no âmbito do município de Rio Branco.

Art. 1º. Fica reconhecida oficialmente no município de Rio Branco - AC, como meio de comunicação e expressão dos surdos, a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria que constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos,

Art. 4º. O Sistema Educacional Municipal garantirá a inclusão nos cursos de formação para os professores, o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como parte integrante das formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação; através do Centro de Apoio ao Surdo do

Município. Conforme o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (RIO BRANCO, 2012, p. 1).

A Lei Municipal vem como forma de reafirma a Lei Federal nº 10.436/2002, reconhecendo oficialmente a Libras como meio de comunicação e expressão dos surdos, proporcionando condições de acesso ao sistema linguístico, oportunizando o ensino e aprendizagem da Libras como língua materna e o português escrito como segunda língua.

As diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento da educação bilíngue nas instituições de ensino, são realizadas e direcionadas conforme as necessidades educacionais dos surdos, para isso constituiu-se a Lei nº 5.016 de 11 de janeiro de 2013 em seu artigo 1º, artigo 2º incisos I, II, III, IV e V, artigo 3º incisos X e XIII, estabelecem diretrizes e parâmetros de estruturação das políticas públicas voltadas à educação bilíngue de surdos no Distrito Federal.

Art. 1º Esta Lei estabelece as diretrizes e os parâmetros que devem ser observados, no âmbito do Distrito Federal, para a implantação e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à educação bilíngue para surdos.

Parágrafo único. Para a educação bilíngue para surdos são utilizadas a Língua Brasileira de Sinais – Libras, como primeira língua, e a língua portuguesa escrita, como segunda língua, sendo estas as línguas de comunicação e de instrução das atividades escolares para o ensino de todas as disciplinas curriculares, em todos os níveis da educação básica.

Art. 2º O desenvolvimento das políticas públicas educacionais de que trata o art. 1º deve ser realizado por meio de escola pública bilíngue de Libras e língua portuguesa escrita, em que devem ser ministradas todas as disciplinas curriculares, em todos os níveis da educação básica, e é assegurado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – Garantir a criação da Escola Pública Integral Bilíngue Libras e Português Escrito no Distrito Federal;

II – Oferecer comunicação em Libras e ensino de Libras, como primeira língua, e comunicação em português escrito e ensino de português escrito, como segunda língua;

III – oferecer o ensino que atenda, prioritariamente, aos alunos surdos, deficientes auditivos e filhos de pais surdos;

IV – Estabelecer, como línguas de comunicação e instrução para o ensino das disciplinas curriculares e demais atividades pedagógicas garantidas nesta Lei, a Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua, e a língua portuguesa escrita, como segunda língua;

V – Preservar os mesmos componentes curriculares da Base Nacional Comum no currículo da Escola Pública Integral Bilíngue Libras e Português Escrito, permitidas a adequação, a complementação e a suplementação, conforme necessário, garantindo-se o componente curricular Libras, em todos os níveis da educação básica;

Art. 3º As diretrizes para a implantação das políticas públicas educacionais a serem implementadas devem priorizar os seguintes parâmetros, entre outros que se fizerem necessários:

X – Aplicação de metodologia de ensino de Libras como primeira língua e de língua portuguesa escrita como segunda língua, da pedagogia visual e de recursos visuais, com vistas à melhoria do acesso à informação;
XIII – garantia para a educação bilíngue para surdos, observadas a Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua, e a língua portuguesa escrita, como segunda língua, sendo estas as línguas de comunicação e de instrução das atividades escolares para o ensino de todas as disciplinas curriculares, em todos os níveis da educação básica (BRASIL, 2013, p. 1, 2).

A legislação apresentada direciona os procedimentos de implantação das políticas públicas que direcionam as metodologias de ensino da Libras como L1 e o ensino do Português escrito como L2. Conforme estabelece a Lei nº 13.146, de 6 de julho 2015, vem dar condições de equidade ao surdo proporcionando o desempenho dos seus direitos e da independência da pessoa deficiente.

Esta Lei estabelece o estatuto da pessoa com deficiência, garantindo a paridade de condições no exercício das disposições fundamentais no processo de inclusão social e no exercício da cidadania, por meio da comunicação, adaptações e adequações assegurando a igualdade e oportunidade às demais pessoas, como também, a obrigatoriedade do poder público em garantir e fiscalizar a realização da educação bilíngue para surdos no ensino da Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua na educação básica no ensino regular.

A educação especial no Estado do Acre recebeu novos direcionamento em relação ao ensino do surdo na sala de recursos multifuncional no AEE, por meio da Instrução Normativa nº. 001 de 30 de janeiro de 2018, em seu artigo 7º inciso IV regulamenta:

Art. 7º - São atribuições específicas do professor do atendimento educacional especializado, de acordo com as peculiaridades de cada área:
IV - Deficiência Auditiva:

- a). Promover o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos das escolas da rede estadual de ensino;
- b). Subsidiar os estudantes com deficiência auditiva nas diversas áreas do conhecimento utilizando a modalidade oral ou bimodal, caso o estudante faça essa opção;
- c). Desenvolver ações em parceria com o professor de Libras, os professores de sala de aula comum e o coordenador pedagógico para o ensino da Libras como segunda língua para os estudantes ouvintes;
- d). Planejar metodologias de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua em parceria com o professor regente e o coordenador pedagógico na Educação Básica tendo em vista a Libras como língua de instrução;
- e). Promover, quando necessário, a comunicação entre surdos e ouvintes nos diversos espaços da escola (ACRE, 2018, p.07)

A Instrução Normativa determina as atribuições do professor do AEE e direciona o trabalho na sala de recurso multifuncional de acordo com as especificidades de cada aluno, traçando estratégias bilíngues no ensino de Libras como primeira língua e o português escrito com segunda língua para os educandos surdos.

4 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa consiste na abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritiva e explicativa, com procedimentos bibliográficos, que serviram de base teórica para a estruturação da pesquisa, com foco em uma pesquisa de campo com profissional da educação especial em uma Escola de Ensino Fundamental II.

A abordagem é qualitativa, pois segundo Esteban (2010) é uma abordagem que coloca o pesquisador em contato direto com o sujeito ou objeto pesquisado e a pesquisa qualitativa visa analisar de forma subjetiva o fato ou objeto da investigação, podendo estar associada as práticas empregadas em um determinado sujeito ou objeto, que não relaciona padronização de seus dados e que ainda deixa um espaço para que o pesquisador possa inovar diante das suas técnicas para o recolhimento de informações.

O estudo traz uma pesquisa de natureza aplicada com o uso das bibliografias direcionadas ao letramento de surdos visando alcançar os objetivos propostos tanto geral quanto específicos salientados neste trabalho. Como afirma Marconi e Lakatos (2011, p. 71), “como o próprio nome indica, caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que o resultado seja aplicado ou utilizado, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem em um contexto real”. Com isso a pesquisa busca salientar a importância das atualizações dos conhecimentos sobre a aprendizagem do aluno surdo.

Quanto aos objetivos da pesquisa é descritiva. No olhar de Cervo; Bervin; Silva (2007), trata-se de uma pesquisa que observa, registra e analisa fatos que não há manipulação, assim correlacionando acontecimentos do mesmo contexto histórico, político, econômico e na vida social.

Cervo; Bervin; Silva (2007), definem a pesquisa descritiva como formulação clara do problema.

A pesquisa descritiva desenvolve-se principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados, mas cujo registro não consta de documentos. [...] A pesquisa descritiva pode assumir diversas formas, entre as quais se destacam:

a) Estudos descritivos: trata-se do estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada. Os estudos descritivos, assim como os

exploratórios, favorecem, na pesquisa mais ampla e completa, as tarefas da formulação clara do problema e da hipótese como tentativa de solução (CERVO; BERVIN; SILVA, 2007, p. 62).

Quanto aos procedimentos bibliográficos está dentro das concepções de Marconi e Lakatos (2011).

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletim, jornais, revistas, livros, pesquisa, monografias, teses, material cartográficos etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fitas magnéticas, audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 57).

Vale informar que nesta pesquisa utiliza-se algumas fontes bibliográficas que conduziram de forma essencial a produção do texto do trabalho. Desse modo, realizou-se uma análise a partir dos conteúdos já existentes em diversos livros, artigos e teses que nortearam e propiciaram a coleta de dados que esclareceram o problema da pesquisa.

A pesquisa abordou documentos voltados à legislação, sendo o Decreto nº 5.626/2005, Instrução Normativa nº 001/2018, Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394/1996, Lei nº 1.954/2012, Lei nº 10.436/2002 e Lei nº 13.146/2005.

Quanto à pesquisa de campo Marconi; Lakatos (2011), afirmam que o que de fato está evidenciado na pesquisa de campo é o ato de procurar responder questionamentos, hipóteses que possibilitem comprovar tais indagações que estejam relacionadas ao cotidiano de um determinado objeto de estudo.

Na pesquisa de campo houve a coleta de dados por meio de um questionário com quatro tópicos sobre o local e o participante da pesquisa e uma entrevista semiestruturada com doze questões sobre a formação do participante e sua atuação profissional, a pesquisa foi desenvolvida com um professor do AEE de uma escola de ensino fundamental II na rede pública de ensino, com idade entre 40 a 49 anos, com formação inicial em Educação Física Licenciatura pela Universidade Federal do Acre em 2002, com pós-graduação em educação inclusiva e em Libras, atualmente cursa pós-graduação em neuropsicologia, com formação

continuada em Libras básico, intermediário, interprete e português como segunda língua para surdos, atua à 9 (nove) anos como professor do AEE no Estado como temporário, realiza atendimento de 2 (dois) alunos surdos em 2 (dois) dias 2 (duas) vezes por semana, a frequência dos alunos correspondem a somente 50% dos atendimentos.

5 ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DO ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO

Este capítulo divide-se em quatro subtítulos: O primeiro caracteriza o perfil profissional do participante da pesquisa; O segundo aborda as metodologias utilizadas no ensino de Libras e do Português escrito; O terceiro subtítulo faz uma análise dos resultados da pesquisa: Práticas pedagógicas do ensino de Libras e do Português escrito; o quarto e último subtítulo aborda as estratégias de ensino de Libras e do Português Escrito para educando surdos. Além disso, realiza uma análise dos resultados da pesquisa por meio de entrevista semiestruturada que possibilita: a) identificar as metodologias utilizadas no ensino de Libras e do Português escrito para educandos surdos, potencializando a aquisição do Letramento Bilíngue; b) analisar como são desenvolvidas as práticas pedagógicas de ensino de Libras e do português escrito; c) verifica as estratégias de ensino de Libras e do Português escrito para educandos surdos.

5.1 PERFIL PROFISSIONAL DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

A qualificação profissional é um processo contínuo no que se refere à atuação docente, tornando-se indispensável para a realização no AEE a alunos com deficiência. Nesse contexto, destacamos o ensino de Libras e do Português escrito para surdo na sala de recursos multifuncionais.

No decorrer da pesquisa de campo foi desenvolvida uma entrevista, por meio dela conseguimos estabelecer o perfil de um professor atuante no AEE há nove anos. Com situação contratual temporário, graduou-se em Educação Física Licenciatura, no ano de 2002, em um curso presencial, pela Universidade Federal do Acre, no decorrer dos anos foi concluindo algumas pós-graduações como: Educação Especial inclusiva (2013), Libras (2017) e Neuropsicopedagogia Clínica (2019). Além disso, nesses anos de atuação como professor do AEE realizou vários cursos na área de educação especial, especificamente na área de Libras. Participou de diversas formações e cursos como: formação continuada oferecida

pela Secretaria Estadual de Educação, cursos de português como segunda língua para surdos (PSLS), básico em libras, curso intermediário e interprete de Libras.

Essas formações proporcionaram conhecimentos que auxiliam em sua atuação profissional com alunos surdos, principalmente no início de sua carreira, na qual afirma ter trabalhado com alunos do Ensino Fundamental I. Teve a oportunidade de atender alunos surdos e trabalhar o ensino de Libras e o Português escrito, porém nos últimos quatro anos passou a trabalhar no Ensino Fundamental II e Médio. Na escola pesquisada atende dois alunos surdos no período da manhã. Esses atendimentos ocorrem dois dias por semana com duas horas em cada aula. Atua também como professor do AEE em uma escola de Ensino Fundamental II na rede particular, também como professor temporário, porém nessa escola não atende alunos surdos.

Ademais, nos últimos quatro anos vem trabalhando com alunos surdos na rede pública de ensino, planejando com professores regentes, intérpretes e coordenador pedagógico. Orienta os professores regentes na adequação dos conteúdos, adaptações das aulas e atividades conforme as dificuldades dos alunos.

No início do ano letivo é realizado o estudo de caso do aluno surdo matriculado na sala de recurso multifuncional, baseado nas informações coletadas por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com a família e alguns profissionais da escola. Essa avaliação tem como objetivo desenvolver o plano de AEE, que direciona planejamento das aulas e a elaboração das atividades conforme as especificidades dos educandos surdos, buscando cumprir com as disposições legais do AEE destacadas por meio da Resolução nº 4/2009 em seus art. 2º, 9º e 12º que estabelecem as diretrizes operacionais do AEE.

A referida resolução traça um perfil mínimo do profissional que deverá atuar como professor do AEE e estabelece direcionamentos para a execução dos trabalhos a serem desenvolvidos na sala de recurso multifuncional durante o AEE. Nessa perspectiva, vale ressaltar a existência de políticas públicas voltadas aos docentes em um contexto geral, como é especificado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/1996 em seu artigo 62-A. Além disto, destaca os pré-requisitos para atuar na educação básica, como por exemplo, o indivíduo deve ser formado em cursos de licenciatura plena ou em cursos com formação mínima

para atuação do magistério na educação infantil de nível médio ou em modalidade normal superior.

E para suprir essa necessidade é possibilitado aos profissionais da educação especial: encontros, palestras e seminários de curta duração com orientação para a execução dos trabalhos, que em sua maioria são de cunho administrativo ou que comprovem a realização dos trabalhos. Sendo que ao pleitear um aperfeiçoamento ou qualificação, são obrigados a buscar por conta própria, mesmo quando oferecidos pelo poder público ou até mesmo custear sua qualificação.

5.2 METODOLOGIAS UTILIZADAS NO ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO PARA EDUCANDOS SURDOS: POTENCIALIZANDO A AQUISIÇÃO DO LETRAMENTO BILÍNGUE.

O letramento bilíngue de educandos surdos não ocorre de forma efetiva devido as inúmeras barreiras encontradas no processo de ensino e aprendizagem. Deus (2011) afirma que o contexto bilíngue é fundamental para o desenvolvimento do AEE.

O AEE para aluno (a) surdo (a) deve ser desenvolvido em um contexto bilíngue e para isso, dispõe de três momentos didático-pedagógicos: AEE para o ensino de LIBRAS, AEE em LIBRAS e o AEE para o ensino do Português escrito. (DEUS, 2011, p.12,13)

Neste contexto, constata-se que as maiores dificuldades encontrada na escola pesquisada são: o reconhecimento como surdo, a aceitação da Libras como L1, a falta de interesse pelos estudos, a pouca importância dada ao Português como segunda língua, falta de apoio da família para a realização do AEE, a ausência da família na escola e na vida escolar do aluno, a ausência da participação do aluno no AEE, entre outros.

De acordo com o participante da pesquisa, para que se possa desenvolver um efetivo trabalho com o educando surdo, é importante utilizar no AEE a Libras com o auxílio de imagem, sinal e escrita, compreensão e interpretação da Libras. Utilizar o Português como segunda língua para surdos por meio de leitura e escrita

da Língua Portuguesa. No entanto, enfrenta-se um grande empecilho para que se possa desenvolver um letramento bilíngue, pois não há uma frequência efetiva, mesmo que as aulas sejam ofertadas no contra turno ocorre um percentual de 50% de frequência.

Pereira (2009) ressalta que os estímulos linguísticos vivenciados no contexto familiar, serão de extrema importância para o amadurecimento cognitivo da criança surda e o desenvolvimento do letramento bilíngue.

5.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO.

Para a realização da análise sobre às práticas pedagógicas do ensino de Libras e do Português escrito, recorreremos a entrevista semiestruturada por meio de questionário pesquisa que visa a identificação das estratégias metodológicas utilizadas no ensino do surdo.

Esses atendimentos são realizados em Libras com o suporte de algumas Tecnologias Assistivas disponibilizadas pela escola como: um computador utilizado para pesquisas e visualização de vídeos, imagens, textos, reportagens, entre outros. É disponibilizado também uma impressora para impressão de textos, sinais e imagens, jogos pedagógicos, livros ou adaptações realizadas pelo professor do AEE conforme as especificidades de cada aluno.

A identificação das necessidades dos alunos é realizada pelo professor do AEE por meio dos estudos de casos, que estabelecem as estratégias metodológicas que devem ser utilizadas na elaboração dos planos de atendimento. Essa identificação auxilia no direcionamento do ensino de Libras e do Português escrito para os educandos surdos, esses atendimentos ocorrem com o ensino da Libras com L1 e o Português escrito como L2.

O processo de ensino e aprendizagem do educando surdo sofre interferências no que diz respeito assiduidade dos alunos surdos no AEE, ocorrem que cerca de 50% dos alunos não frequentam a sala de AEE. Essa ausência é muitas vezes atribuída as dificuldades colocadas pelas famílias ou pelos alunos, que vão desde questões financeiras, distância, tempo disponível, a resistência de entrar ou permanecer na sala de recursos, vergonha dos colegas ou da deficiência.

5.4 ESTRATÉGIAS DE ENSINO DE LIBRAS E DO PORTUGUÊS ESCRITO PARA EDUCANDOS SURDOS.

Em abordagem as práticas pedagógicas direcionadas ao ensino de Libras e do Português escrito realizado na sala de recursos multifuncionais, observamos durante a pesquisa, que o professor do AEE desenvolve estratégias metodológicas voltadas ao letramento bilíngue do sujeito surdo por meio de recursos adaptados as suas especificidades.

O trabalho desenvolvido pelo participante da pesquisa está pautado nas concepções de Fernandes (2006) que destaca a importância de se repensar as metodologias de ensino no processo de alfabetização do surdo em sua língua materna e por meio dela desenvolva o aprendizado do português escrito, que com o uso significativo no contexto social desenvolve-se o letramento bilíngue.

Botelho (2005) destaca que o processo educacional do sujeito surdo deve ser pautado na eliminação de barreiras que dificultem o desenvolvimento da aprendizagem, criando condições para que o surdo seja alfabetizado como ser pensante capaz de realizar interpretações, desenvolver pesquisas e participar ativamente do contexto escolar priorizando suas habilidades e competências.

O letramento só ocorrerá de forma eficaz, quando trabalhado com o envolvimento não só do professor do AEE, mas com a participação da comunidade escolar e principalmente da família responsável pela educação dos filhos que ocorrem desde os primeiros meses de vida com a introdução dos conhecimentos linguísticos, sociais e culturais, possibilitando a aquisição da L1 e por meio dela realiza-se o ensino do português escrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o propósito de analisar como ocorre o letramento bilíngue de educandos surdos no Ensino Fundamental II, pautado em uma pesquisa de campo por meio de entrevista semiestruturada, permitindo-nos uma visão da atual situação do processo de ensino de Libras e do português escrito para alunos surdos na instituição pesquisada.

Identificamos as metodologias utilizadas no ensino da Libras e Português escrito para educando surdos, potencializando a aquisição do Letramento Bilíngue como o uso da Libras pelo uso de imagens, textos e vídeos com legendas ou sinalizados. Ao analisar como são desenvolvidas as práticas pedagógicas de ensino de libras e do português escrito, verificamos as estratégias de ensino da Libras e do Português escrito para educandos surdos.

Através das discussões teóricas e legais ocorridas durante a realização dessa pesquisa permearam-se na identificação das metodologias utilizadas no ensino de Libras e do Português escrito para educandos surdos. Nessa perspectiva, constatamos que o profissional da educação especial busca constantemente apropriar-se de conhecimentos que o auxiliem na realização dos atendimentos aos alunos surdos, ampliando assim, estratégias de ensino voltadas a eliminação de barreiras linguísticas no processo de alfabetização do sujeito surdo, com a adequação dos conteúdos e adaptação das atividades direcionadas ao ensino da Libras como língua materna e o ensino do português escrito como segunda língua.

Ao abordar discussões acerca do letramento bilíngue de educandos surdos, evidenciamos que a construção da aprendizagem e o amadurecimento cognitivo estão vinculados ao contexto social e familiar vivenciados pelo sujeito surdo desde os primeiros meses de vida. Essa apropriação linguística ocorre de forma natural, porém devido aos inúmeros fatores ou barreiras na comunicação impostas aos surdos trazem perdas significativas ao processo de aprendizagem.

Em algumas situações a criança surda chega na escola sem sua língua materna, tendo o primeiro contato com a língua de sinais no ambiente escolar com um sistema de ensino e currículo direcionados aos ouvintes, passando a conviver com colegas e professores ouvinte, que na maioria das vezes não tem o conhecimento da língua de sinais e nem condições necessárias para alfabetizá-lo

na língua materna, criando assim, uma lacuna no processo educacional do surdo, limitando suas interações sociais e atrofiando seu amadurecimento cognitivo, ou seja, esse aluno chega ao Ensino Fundamental II com problemas de identidade linguísticas e a não aceitação do Português escrito.

De acordo com o participante da pesquisa, os problemas enfrentados pelos surdos desde a primeira infância, são fatores predominantes no fracasso escolar responsáveis pela ausência de estímulo em relação ao aprendizado, causando crises existenciais e linguísticas que prejudicam o processo de letramento do surdo nos anos finais da educação básica, tornando-se principais geradores de exclusão no contexto educacional e social.

Ao realizar a pesquisa de campo, identificamos que o participante da pesquisa realiza os atendimentos seguindo as orientações da Resolução nº 04/2009, estabelecendo estratégias pedagógicas voltadas ao atendimento do sujeito surdo, por meio do plano do AEE, sequência didática, adequação dos conteúdos e adaptação das atividades para o ensino de Libras, em Libras e do Português escrito como segunda língua.

No entanto, identificamos que suas estratégias metodológicas são apenas um item que compõem o processo de letramento dos surdos, as outras partes que compõem esse processo estão divididas entre os estímulos linguísticos vivenciados no meio familiar e social, o processo de alfabetização que ocorre nos primeiros anos do ensino fundamental I, o reconhecimento da identidade linguística, sua aceitação como surdo e a participação no AEE como forma complementar e suplementar do ensino regular.

Evidenciamos que o letramento bilíngue do sujeito surdo, ocorre por meio das políticas públicas voltadas a formação de professores na perspectiva da educação bilíngue para surdos, estabelecida pelo Decreto nº 5.626/2005 em seu artigo 11º item I, que proporcionará a criança surda uma base educacional estruturada em um contexto de aprendizagem significativa com uma educação bilíngue pautada na eliminação das barreiras linguísticas.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. et. al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização das Pessoas com Surdez**. Brasília: MEC/SEESP/UFC, 2010

BOTELHO, P. **Linguagem e Letramento na educação dos surdos: Ideologias e práticas pedagógicas**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

BRASIL, Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, N.79, p 23, 25, abril 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccvil_03_ATO2004-2006/2005/DECRETO/d5626.htm. Acesso em: 27 set. 2019

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccvil_03_ATO2004-2006/2005/DECRETO/d5626.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa nº 001, de 30 de janeiro de 2018. **Regulamenta diretrizes pedagógicas e administrativas sobre o atendimento educacional especializado, no âmbito da educação básica no Estado do Acre**. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccvil_03_ATO2004-2006/2005/DECRETO/d5626.htm. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.Mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019

BRASIL. Lei nº 1.954, de 27 de dezembro de 2012. **Reconhece no âmbito do município de Rio Branco a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, como meio de comunicação e expressão dos surdos e dá outras providências**. Disponível em: <http://portal.Mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 30 set.2019.

BRASIL. Lei nº 5.016, de 11 de janeiro de 2012. **Estabelece diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à educação bilíngue para surdos, a serem implantadas e**

implementadas no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversificada e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Resolução nº4, de outubro de 2009**. Brasília. MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre teoria e a prática**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. São Paulo. 6ª ed. Pearson, 2007.

COLL. C. et al. **Desenvolvimento Psicológico e educação**. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez**. SEESP/SEED/MEC: Brasília, DF, 2007

DEUS, M. L. F. **Surdez: linguagem, comunicação e aprendizagem do aluno com surdez na sala de aula comum**. Maringá, PR: SEMED, 2011.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em Educação**. Porto Alegre: AMGH, 2010. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FELIPE, T. **LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

FERNANDES, S. **Comunicação em Língua Brasileira de Sinais-Libras**. 2.ed. Universidade Federal do Paraná-UFPR. Curitiba, 2012.

FERNANDES, S. **Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios**. Curitiba: UFPR, 2003.

FERNANDES, S. **Letramentos na educação bilíngue para surdos**. In: Letramento. Referenciais em saúde e educação. São Paulo: Plexos, 2006. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1997. nº142, p 40.

GUARINELLO, A.C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

KARNOPP.L. **Literatura Surda**. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

KARNOPP, L. ROSA, F. **Patinho Surdo**. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e Educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2013, p. 185-200.

MARCONI, M; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo. 7ª ed. Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEREIRA, S. R. **Os processos de alfabetização e letramento em Libras:** um percurso semiótico. Bebedouro: FAFIBE, 2009.

PIRES, L. C. CAMPOS, L. S. **O uso de gêneros textuais no desenvolvimento didático de ensino-aprendizagem do português escrito para alunos surdos.** Rio de Janeiro: UESB, 2012.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos:** Aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artmed, 1997. Reimp. 2008.

QUADROS, R. M. de. **Libras.** 1ed. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R.M de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos /** Ronice Muller Quadros. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R.M. O 'BI' em bilinguismo na Educação de Surdos. In FERNANDES (orgs.). **Surdez e Bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 26-36.

SÁNCHEZ, J. N. G. História y concepto de las dificultades de aprendizaje. In: **Dificultades de aprendizaje.** Madrid (ES): Ed. Sintesis S.A., 1998.

SANTOS, L.A, **O processo histórico e político educacional do sujeito surdo:** dos primeiros registros ao atendimento especializado/ Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Acre, Centro de Educação, Letras e Artes, Curso de Licenciatura em Letras: Libras. Rio Branco, 2019.

SOARES, M. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 128p.

APÊNDICE (A) – PERFIL DO PARTICIPANTE

FORMULÁRIO DE PESQUISA

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Senhor (a) Professor (a) AEE:

Este questionário é um instrumento de pesquisa da discente Francisca Nires Ferreira de Oliveira, acadêmica do Curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Acre, o recurso utilizado para a coleta de dados da pesquisa sobre “Letramento bilíngue de educandos surdos: práticas pedagógicas do ensino de Libras e do Português escrito”. As respostas serão analisadas com o objetivo de investigar como ocorre o Letramento bilíngue de educandos surdos no AEE.

Suas respostas nos esclarecerão de forma pontual como se dar o Letramento Bilíngue de educandos surdos na Sala de recurso multifuncional no ensino fundamental II. Nesse contexto, suas respostas serão respeitadas e terá sigilo absoluto sobre sua identidade e contexto profissional durante e após o término da referida pesquisa, que tem cunho estritamente científico.

Desde já agradeço sua colaboração!

1. INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Nome da Instituição: _____

Endereço: _____

- Rede de Ensino:

() Municipal.

() Estadual.

- Modalidade da Educação:

() Ensino Fundamental.

() Anos Iniciais

() Anos Finais.

() Ensino Médio.

2. DO(A) PROFESSOR(A) DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) Nome: _____

Gênero:

Feminino.

Masculino.

Idade:

entre 18 a 25 anos.

entre 26 a 29 anos.

entre 30 a 39 anos.

entre 40 a 49 anos.

entre 50 a 55 anos.

Outra: _____

3. FORMAÇÃO

Nome do Curso de Graduação: _____

Ano de conclusão: _____

- Seu curso o Ensino Superior foi?

Presencial.

Semipresencial.

A distância.

- Qual seu conhecimento em LIBRAS?

Básico

Fluente

Nenhum

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Qual seu tempo de trabalho no AEE?

- Trabalha em quantas escolas? Quanto tempo?

- Faz atendimento nesta escola? Qual horário? _____

- Atende alunos surdos no AEE? Quantos? _____

- Quantas horas serão reservadas ao atendimento das crianças surdas? _____

- Qual é a sua situação contratual nesta escola? _____

APENDICE (B) – ROTEIRO DA ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO DO ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Você recebeu formação para atender aluno(as) surdo(as)? Qual?
2. Como ocorre o atendimento dos aluno(as) surdo(as)?
3. Quantos dias e horas são agendados aos aluno(as) surdo(as)?
4. Quais as tecnologias assistivas são disponibilizadas pela escola para atendimento do(a) aluno(a) surdo(a)?
5. Qual o índice de frequência do(a) aluno(a) surdo(a) no atendimento na sala de recurso?
6. Durante os atendimentos como ocorrem o processo de comunicação entre você e o(a) aluno(a) surdo(a)?
7. Quais os critérios de elaboração do plano de atendimento do(a) aluno(a) surdo(a) no AEE?
8. Como ocorre e quem participa do planejamento das atividades a serem desenvolvidas com aluno(a) surdo(a) no AEE?
9. Botelho (2005) destaca que o processo educacional do sujeito surdo deve ser pautado na eliminação de barreiras que dificultem o desenvolvimento da aprendizagem, criando condições para que o surdo seja alfabetizado como ser pensante capaz de realizar interpretações, desenvolver pesquisas e participar ativamente do contexto escolar priorizando suas habilidades e competências. Em sua opinião quais as principais barreiras encontradas pelo professor do AEE na alfabetização do aluno surdo?
10. Segundo (DEUS, 2011, p.12,13) o AEE para aluno (a) surdo (a) deve ser desenvolvido em um contexto bilíngue e para isso, dispõe de três momentos didático-pedagógicos: AEE para o ensino de LIBRAS, AEE em LIBRAS e o AEE para o ensino do Português escrito. Descreva como ocorrem esses momentos na sala de recurso multifuncional durante os atendimentos educacionais especializados com o(a) aluno(a) surdo(a).
11. De acordo com QUADROS (2006, pg. 24) é imprescindível que a criança surda adquira primeiro a língua materna (Libras) para depois aprender o português na modalidade escrita, como você vê esse posicionamento da autora e como ocorre o ensino de Libras e do Português escrito no AEE?

12. Pereira (2009, pg. 23) evidencia que o Letramento possibilita as realizações das ações mentais para a aquisição do estado ou condição que indivíduo desenvolve por meio da leitura e da escrita reflexiva, possibilitando a resolução de problemas no seu cotidiano. Em seu convívio e experiências com aluno (a) surdo (a), descreva como seria possível o Letramento Bilíngue do(a) aluno(a) surdo(a)? Quais as contribuições do professor (a) do AEE?